Capítulo 1

Tarefa e função de uma teoria da história

Uma coruja alemã

Tudo o que vejo vai mal.
Tudo o que penso, sem igual.
Teoria, minha querida,
Mostra-me o caminho da vida.

Adolf Glassbrenner
Neue Walpurgisnacht[1]

Auto-reflexão, como retorno ao processo cognitivo de um sujeito cognoscente que se reconhece reflexivamente nos objetos de seu conhecimento, é por certo um assunto que pertence ao trabalho quotidiano de qualquer historiador. Basta olhar para a própria práxis para se ver onde e como se pode alçar acima dela, tomando-a como base, refletir sobre ela, lidar com ela – para constatar que a auto-reflexão é, com efeito, um elemento vital no dia-a-dia da ciência. Não se pode de forma alguma pensar um processo histórico de conhecimento em que o próprio sujeito do conhecimento deixasse de debruçar-se sobre si mesmo. Poder-se-ia quase dizer que a auto-reflexão se efetua tanto melhor quanto mais completa for a apreensão da realidade pelo pensamento e sua interiorização. Justamente por ser assim é que o quotidiano do historiador constitui a base natural da teoria da história. Essa teoria não é mais que uma elabo-

[1] A. Glassbrenner, *Gedichte*, Berlim, 1870, 5ª ed, p. 199.

ração especial dessa constante reflexão do sujeito cognoscente sobre si mesmo. É em tal teoria que essa reflexão se efetiva, em correlação com o objeto primário do pensamento: a "história". A efetivação teórica ganha, no paralelo com a prática, amplitude e profundidade.

As reflexões dos capítulos seguintes estão concentradas em duas questões: o que é considerado, pela teoria, como "princípios" da ciência da história e que função possui uma teoria que reflete sobre esses princípios em sua relação direta com a ciência da história? Na primeira parte demonstrar-se-á que o olhar dos historiadores passa dos objetos de seu conhecimento científico a seus princípios, como eles surgem e para que são tematizados. O que a teoria analisa, como fundamento da ciência da história, não pode ser tratado independentemente das razões e das finalidades dessa atividade.

As considerações que seguem caracterizam a função prática que a teoria exerce (ou pode exercer) nos diversos campos de atividade do historiador. O fio condutor da argumentação é a intenção de descrever e demonstrar que a reflexão do pensamento histórico sobre seus fundamentos emerge do trabalho prático do próprio historiador, baseia-se nele e possui para ele significado. Embora a teoria vá além desse trabalho e conduza a seus pressupostos fundamentais, ela é necessária sempre que se tratar de fundamentar, justificar ou modificar, em suma, sempre que se tratar do sentido do trabalho histórico.

Objeto da teoria da história

A teoria da história articula-se com a auto-reflexão do pensamento histórico, que se processa no trabalho quotidiano da pesquisa histórica. As questões que surgem ao longo da pesquisa histórica e na historiografia desdobram-se, nesse processo, em questões fundamentais, relativas à história como ciência, em geral. Pode-se dizer que a perspectiva se amplia das árvores isoladas para a floresta: trata-se literalmente do todo, daquele todo que é a história como ciência. A teoria da história é, pois, aquela reflexão mediante a qual o pensamento histórico se constitui como especialidade científica.

Essa autoconstituição não se dá, no entanto, automaticamente, ou seja, sem um esforço específico de reflexão ao longo do trabalho com os próprios objetos. Isso porque os que se dedicam à pesquisa histórica e à historiografia têm de ser especialistas, necessitam saber manejar a especificidade científica do pensamento histórico de tal maneira que já não pensem nela, ao concentrar-se em seu trabalho de pesquisa, ao escrever e ao ensinar história.

A competência científica especializada constitui-se quando os diversos campos do passado humano são investigados e os processos históricos são expostos. Ninguém terá a abstrusa idéia de considerar possível uma competência científica como competência para pesquisar todos os setores possíveis da experiência histórica e para expô-la em uma história universal. Pelo contrário: a competência especializada efetiva-se sempre em campos particulares da pesquisa e da historiografia. É-lhe inerente, contudo, saber *que* se trata de campos particulares e contextos históricos – isto é, a faculdade de relacionar cada ponto examinado (em princípio) a um todo abrangente.

Essa faculdade não é adquirida, todavia, no mero trabalho de pesquisa sobre temas históricos particulares. Por isso a competência especializada do historiador começa com o estudo da história, a fim de formar uma visão do conjunto (mediante uma série de objetos e métodos selecionados). Uma vez formada a noção do todo segue a especialização, que sem prévia situação no conjunto seria sem sentido. Em suma: a visão do conjunto é necessária ao trabalho especializado competente em cada tema. A teoria é o plano da ciência da história em que essa visão é adquirida. A teoria cuida para que o conjunto da floresta da ciência especializada, como constituição estrutural do pensamento histórico, não seja perdido de vista, nos múltiplos processos do conhecimento histórico, em benefício das árvores dos processos particulares de conhecimento.

Os resultados reflexivos de uma especialidade como a teoria da história sempre foram produzidos no âmbito da profissionalização dos historiadores. Sobretudo os grandes textos o mostram claramente: a teoria da história de Droysen parte da questão de saber "como se tem de estudar a história, como se deve começar, o que se deve fazer, a fim de se tornar historiador". E a resposta de Droysen é "uma exposição sistemática do campo e do método

de nossa ciência".[2] Intenção semelhante encontra-se nas *Considerações sobre a história universal*, de Jakob Burckhardt, com as quais o autor tenciona fornecer "dicas para o estudo histórico", ao abordar os critérios básicos da interpretação e algumas outras questões, com os quais busca apreender e abranger a totalidade do campo do conhecimento científico.[3]

Mas o que a teoria da história põe em evidência como "a totalidade" da ciência da história?

Nas suas formulações anteriores, a teoria da história buscou efetivamente apresentar uma visão panorâmica do campo inteiro do pensamento histórico, com o caráter de uma enciclopédia.[4] À maneira de um manual, ela difundiu os resultados obtidos até então pela pesquisa histórica e fixou, ao mesmo tempo, os critérios determinantes dessa pesquisa, as regras da historiografia e, de forma esquemática, a história do pensamento histórico e de sua historiografia. Com a aceleração do progresso do conhecimento, que se constata no desenvolvimento da ciência da história já há bastante tempo, esse tipo de apresentação enciclopédica tornou-se problemático, se não impossível. Nesse caso, a teoria da história ficaria para trás do progresso cognitivo e trataria da ciência da história numa roupagem ultrapassada. No entanto, se não se devem perder de vista, na multiplicidade dos conhecimentos obtidos pela ciência da história e na variedade dos recursos metódicos, procedimentos de pesquisa e técnicas de exposição por ela desenvolvidos, os fatores gerais e fundamentais do pensamento histórico que formam a constituição da ciência da história, então seu tratamento tem de ser completamente diverso do enciclopédico. Necessita-se de alto grau

---

[2] Droysen, *Historik*, vol. 1 (4), p. 3 (ed. Leyh).

[3] J. Burckhardt, *Weltgeschichtliche Betrachtungen*, in: R. Stadelmann (ed.), Pfullingen, 1949, p. 23 (Obras Completas, vol. VII, p. 1); edição crítica: J. Burckhardt, *Über das Studium der Geschichte*, in: P. Ganz (ed.), Munique, 1982, p. 225. Uma interpretação das "Considerações sobre a história universal" como produto da reflexão do tipo de uma teoria da história pode ser encontrada em meu artigo Die Uhr, der die Stunde schlägt. Geschichte als Prozess der Kultur bei Jakob Burckhardt, in: Faber/Meier (eds.), *Historische Prozesse* (3), p. 186-217.

[4] Para o desenvolvimento da teoria da história, cf. W. Hedinger, Historik, in: Ritter (ed.), *Historisches Wörterbuch der Philosophie* (2), vol. 3, col. 1.132-1.137, e a visão de conjunto em Blanke/Fleischer/Rüsen (5).

de abstração. A amplitude e o volume de tudo o que a ciência da história produz e em que ela se expressa têm de ser decantados para fornecer o essencial, o geral, o elementar, o fundamental.

A metáfora "constituição" indica em que sentido a riqueza cognitiva, a variedade metódica e a multiplicidade das formas de apresentação da ciência da história devem ser decantadas, de modo que a história possa ser vista como um conjunto especializado. Trata-se de remetê-la aos princípios e às regras do pensamento histórico, que possuem, na totalidade das operações do conhecimento histórico, um valor análogo ao de uma Constituição no sistema legal de uma sociedade.

A teoria da história tem de apreender, pois, os fatores determinantes do conhecimento histórico que delimitam o campo inteiro da pesquisa histórica e da historiografia, identificá-los um a um e demonstrar sua interdependência sistemática. E como a pesquisa e a historiografia nada têm de estático, cabe à teoria mostrar como esse sistema é um processo dinâmico. Seu objeto são os fundamentos e os princípios da ciência da história. O termo técnico para descrevê-lo é *matriz disciplinar*. Matriz disciplinar significa "o conjunto sistemático dos fatores ou princípios do pensamento histórico determinantes da ciência da história como disciplina especializada".[5]

Para tratar dos fatores e princípios que conformam a constituição específica da ciência da história, é mister abstrair dessa mesma

[5] Tomei esta expressão emprestada de Thomas Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas*, São Paulo, Perspectiva, 1975; o importante posfácio da segunda edição inglesa está, em alemão, em Peter Weingart (ed.), *Wissenssoziologie*, vol. 1, Frankfurt, 1972. O significado desse trabalho para a teoria da história foi por mim estudado em pormenor em *Für eine erneuerte Historik. Studien zur Theorie der Geschichtswissenschaft*, Stuttgart/BadCanstatt, 1976, p. 45 ss. A categoria utilizada inicialmente por Kuhn, paradigma, também foi adotada na teoria da história. Ela pode ser considerada sinônima da expressão empregada por mim, "matriz disciplinar". Não tenho a intenção de meramente transpor as teses de Kuhn sobre a evolução histórica das ciências naturais para a ciência da história e apenas aplicá-las à teoria da história. Meu objetivo consiste em, com a ajuda de sua concepção de paradigma ou de matriz disciplinar, descrever o objeto específico da reflexão de uma teoria da história. Para essa finalidade, não faz diferença saber se o objeto próprio da teoria da história corresponde ao que Kuhn estudou no âmbito da teoria das ciências naturais.

constituição específica e reconstituí-la desde seus fundamentos (essa "reconstituição" nada tem a ver com uma reforma da história, mas diz respeito exclusivamente ao processo lógico-dedutivo). Com que ponto de vista, com que base é possível proceder a essa reconstituição? O melhor ponto de partida parece ser aquele que, na vida corrente, surge como consciência histórica ou pensamento histórico (no âmbito do qual o que chamamos "história" constitui-se como ciência). Esse ponto de partida instaura-se na carência humana de orientação do agir e do sofrer os efeitos das ações no tempo. A partir dessa carência é possível constituir a ciência da história, ou seja, torná-la inteligível como resposta a uma questão, como solução de um problema, como satisfação (intelectual) de uma carência (de orientação).

Pode-se chamar esse ponto de partida da reflexão sobre os fundamentos da ciência da história, resumidamente, de *interesses*. Trata-se do interesse que os homens têm – de modo a poder viver – de orientar-se no fluxo do tempo, de assenhorear-se do passado, pelo conhecimento, no presente. Interesses são determinadas carências cuja satisfação pressupõe, da parte dos que as querem satisfazer, que esses já as interpretem no sentido das respostas a serem obtidas. Tais interesses são abordados pela teoria da história a fim de poder expor, a partir deles, o que significa pensar historicamente e por que se pensa historicamente. A teoria da história abrange, com esses interesses, os pressupostos da vida quotidiana e os fundamentos da ciência da história justamente no ponto em que o pensamento histórico é fundamental para os homens se haverem com suas próprias vidas, na medida em que a compreensão do presente e a projeção do futuro somente seriam possíveis com a recuperação do passado.

O primeiro fator da matriz disciplinar da ciência da história é formado, por conseguinte, pelas carências fundamentais de orientação da prática humana da vida no tempo, que reclamam o pensamento histórico; carências de orientação que se articulam na forma de interesse cognitivo pelo passado.

A expressão "interesses" designa, assim, o ponto de partida que o pensamento histórico toma, na vida prática do quotidiano, ainda antes de se constituir como ciência. Enquanto tais, todavia, esses interesses ainda não são conhecimento histórico. O segundo

fator do pensamento histórico que pertence aos fundamentos da ciência da história decorre da resposta à pergunta: como é possível que se constitua algo chamado "história" quando as carências dos homens na prática de suas vidas no tempo são satisfeitas? Para tanto são decisivos determinados pontos de vista supra-ordenados, que articulam essas carências como interesse em certo conhecimento do passado, ou seja, como interesse em conhecer o passado historicamente. As carências de orientação no tempo são transformadas em interesses precisos no conhecimento histórico na medida em que são interpretadas como necessidade de uma reflexão específica sobre o passado. Essa reflexão específica reveste o passado do caráter de "história".

Se as carências de orientação no tempo são dirigidas ao pensamento sobre o passado, então são requeridos critérios de sentido. São estes que regulam o trato reflexivo dos homens com seu mundo e consigo mesmos. Eles decidem como deve ser interpretada a mudança do homem e de seu mundo, a fim de que se dêem orientações práticas da vida humana no tempo que tenham "sentido", sem o que as carências de orientação não poderiam vir a ser satisfeitas. Gostaria de empregar, para designar esses pontos de vista supra-ordenados acerca do passado, no âmbito dos quais este se constitui e é reconhecido como "história", o termo tradicional *idéias*. Idéias não querem dizer, aqui, algum tipo de instância significativa situada para além da práxis corrente da vida humana, mas sim critérios segundo os quais os significados se produzem nessa mesma práxis vital, somente com base nos quais os homens podem agir. O agir humano é sempre determinado por significados e é intencional; o mesmo vale – mesmo se de outro modo – para as situações em que o homem é paciente. Idéias são os referenciais supremos que emprestam significado à ação e à paixão.[6] Elas servem à transformação de carências motivadoras em interesses (claramente identificáveis) em agir. Usando os termos de Max Weber, elas conferem aos "in-

[6] Paixão (*passio*) deve ser entendida aqui na acepção filosófica do termo: a ação de que tal sujeito humano é objeto (paciente), mesmo quando outro homem seja o agente. (N. do T.)

teresses" a "direção" intencional que conforma a ação.[7] Elas organizam a interpretação que os homens têm de dar, de si mesmos e do mundo, ao quererem agir (ou modificar esse mundo).

Como critérios orientadores de sentido, tais idéias são os fatores que transformam as carências de orientação no tempo em interesses no conhecimento histórico. Elas constituem, assim, *as perspectivas gerais nas quais o passado aparece como história.* Elas formam modelos de interpretação para os quais as experiências da evolução temporal do homem e de seu mundo são transpostas e nos quais são integradas, se se deve agir intencional e significativamente com relação a elas. Experiências que podem ser interpretadas para se constituírem como orientadoras da práxis humana da vida no tempo são sempre experiências do passado. À luz das idéias que consistem em perspectivas gerais orientadoras da experiência, o passado adquire, como tempo experimentado, a qualidade do histórico. (Como exemplo dessa perspectiva geral, pode-se mencionar o conceito de progresso, que influencia até hoje o pensamento moderno.)

Tais idéias constituem o segundo fator da matriz disciplinar da ciência da história. Delas depende o que, como "história", integra o campo cognitivo da ciência da história (pois o mero fato de pertencer ao passado não faz de tudo algo de histórico). Delas depende o que o historiador já traz consigo, ao formular suas conjecturas e ao interrogar as fontes acerca do que ocorreu no passado. Sem tais perspectivas determinantes do que queremos propriamente saber, ao pesquisar as fontes do passado, estas em nada nos podem ajudar quanto ao que é ou foi a história que tencionamos fazer emergir delas.

Minha última observação leva ao fator seguinte de determinação dos fundamentos da ciência da história, pois sem existirem fontes não se pode reconhecer um passado que faça sentido como história. As perspectivas conjecturais e interrogativas têm de incluir as experiências concretas do tempo do passado, de modo que

[7] Max Weber, introdução a "Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen," in: *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*, vol. 1, Tübingen, 1922, 2ª ed., p. 252: "Interessen (materielle und ideelle), nicht Ideen, beherrschen unmittelbar das Handeln der Menschen. Aber: die 'Weltbilder', welche durch 'Ideen' geschaffen wurden, haben sehr oft als Weichensteller die Bahnen bestimmt, in denen die Dynamik der Interessen das Handeln fotbewegte".

elas sejam conformadas, interpretativamente, no construto significativo de uma "história" e, com isso, possam agir eficazmente como fatores de orientação no tempo. É essa inclusão da experiência concreta do tempo do passado que constitui propriamente o processo do conhecimento histórico. E a forma com que opera determina, simultaneamente, o que a história é, como ciência especializada. Interesses e idéias são fatores de todo pensamento histórico. Eles não bastam para constituir a especificidade científica desse pensamento, mas determinam a ciência da história nos pontos em que ela se enraíza nos processos pré e paracientíficos da interpretação da experiência do tempo, em procedimentos da vida humana prática, sem os quais a história como ciência não seria possível. No entanto, quando interesses e idéias, como precondições – oriundas da vida prática – do pensamento histórico se efetivam na experiência concreta do passado, é no processo dessa efetivação que se constitui o que entendemos como "história" como especialidade científica. É nesse processo que se aplicam os métodos que, como regras da pesquisa empírica, caracterizam a forma específica do pensamento histórico. Essa especificidade torna-se científica à medida que as perspectivas quanto ao passado, oriundas de carências e orientadas por interesses, são trabalhadas pela pesquisa pautada por regras metódicas e transformadas em saber histórico com conteúdo empírico.

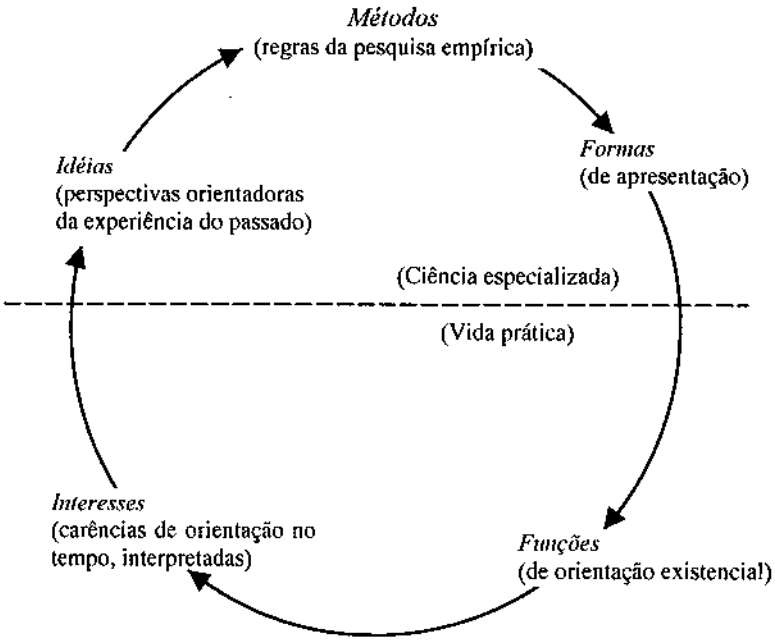
Os métodos da pesquisa empírica constituem o terceiro fator dos fundamentos da ciência da história. Como regulação do pensamento histórico, que lhe possibilitam produzir fundamentações específicas e lhe permitem assumir o caráter de pesquisa, eles por certo influenciam o modo pelo qual as perspectivas (idéias) são concebidas, uma vez que é mediante elas que o passado deve ser tornado cognoscível pela história como ciência particular. (Nem toda idéia é compatível com os requisitos metódicos de sua efetivação como conhecimento empírico). O mesmo vale para os fatores seguintes.

Mesmo quando perspectivas gerais quanto ao passado, orientadas por interesses, vêm a ser transformadas, mediante pesquisa, em conhecimento histórico empírico, o processo do conhecimento histórico não se esgota. Com efeito, o conhecimento científico obtido pela pesquisa exprime-se na historiografia, para a qual as

formas de apresentação desempenham um papel tão relevante quanto o dos métodos para a pesquisa. Nessas formas de apresentação, que devem ser distinguidas dos métodos da pesquisa, desembocam os processos de pesquisa do conhecimento histórico regulados metodicamente. Mesmo se elas, como fator do pensamento histórico com e sobre as fontes, sejam não raro negligenciadas, vistas como de pouca importância ou consideradas até como externas à ciência, fazem parte necessariamente do trabalho quotidiano do historiador e requerem ser tidas em conta como um quarto fator dos fundamentos da ciência da história. A obtenção de conhecimento histórico empírico a partir das fontes, pela aplicação de métodos, orienta-se, por princípio, a tornar-se historiografia. Com isso, ela mesma se constitui também produto da pesquisa histórica. Essa determinação historiográfica da pesquisa histórica científica tem de ser considerada na e pela análise dos fundamentos da ciência da história. Ela não é mera resultante dos demais fatores. Deve-se atribuir às formas de apresentação uma função tão fundamental quanto a que se atribui aos interesses, às idéias e aos métodos.

Com as formas de apresentação, o pensamento histórico remete, por princípio, às carências de orientação de que se originou. Ele se exprime, como resultado cognoscitivo, sob a forma da historiografia, com a qual volta ao contexto da orientação prática da vida no tempo. Com a historiografia, o pensamento histórico usa uma linguagem que deve ser entendida como resposta a uma pergunta. Originada em carências de orientação e enraizada em interesses cognitivos da vida prática, a ciência da história – com os resultados de seu trabalho cognoscitivo expressos historiograficamente – assume funções de orientação existencial que têm de ser consideradas como um fator próprio (quinto e último) de seus fundamentos, na medida em que se quer saber por que é racional fazer história como ciência e em que consiste essa "racionalidade". Pois se são carências de orientação no tempo que provocam o pensamento histórico e lhe conferem uma função relevante na vida, então a história como ciência e sua pretensão de racionalidade não podem ser explicadas e fundamentadas sem se levar em conta essa função. Não se pode caracterizar suficientemente o que é a história, em seus fundamentos, como ciência, se não se considerar a especi-

ficidade do pensamento histórico também na função de orientação, da qual afinal se originou.



A interdependência dos cinco fatores do pensamento histórico é patente: em conjunto, eles constituem um sistema dinâmico, no qual um fator leva ao outro, até que, do quinto, volta-se ao primeiro. Os diversos fatores são, pois, etapas de um processo da orientação do homem no tempo mediante o pensamento histórico.

Trata-se, é certo, de fatores que aparecem, em princípio, em todo pensamento histórico (sobretudo se se toma o termo "método" em sentido amplo). No entanto, articulados na matriz disciplinar da ciência da história, eles adquirem a especificidade que permite distinguir o pensamento histórico constituído cientificamente do pensamento histórico comum.

A concepção de uma matriz disciplinar como fundamento da ciência da história, aqui desenvolvida, não apresenta apenas a vantagem de permitir esboçar um quadro sinóptico das determina-

ções elementares do pensamento histórico que constituem a especificidade da história como ciência. Ela possui ainda duas outras vantagens: a) ela esclarece o contexto em que se relacionam a ciência da história e a vida prática dos homens no respectivo tempo; b) ela permite reconhecer que a história como ciência contribui para as mudanças na vida prática dos homens no tempo, e de que forma, e que essa interação é reconhecida, *post festum*, como "história". Vejamo-las:

a) Com a concepção de uma matriz disciplinar como fundamento da ciência da história, aqui desenvolvida, pode-se identificar onde e como a ciência da história é dependente do contexto prático da vida dos historiadores e do público interessado em história. Ficam claras duas constatações importantes: tanto a dependência da ciência da história com respeito aos processos de orientação no tempo que se efetivam no âmbito pré ou acientífico da consciência histórica como sua relativa independência. É certo, por outro lado, que os interesses constitutivos do pensamento histórico como carências interpretadas de orientação no tempo não são questões internas próprias à ciência da história. Isso vale também para as funções de orientação existencial. Para o caráter científico do pensamento histórico são os métodos, como regras da pesquisa empírica. Esses métodos não são concebidos e desenvolvidos de forma totalmente independente das perspectivas orientadoras em que o passado humano aparece como história. É justamente no ponto em que os interesses se transformam em idéias que se pode fixar o limite de uma ciência especializada: essas idéias têm de ser relacionadas às experiências do tempo, no passado, a fim de que estas possam ser investigadas metodicamente. A elaboração metódica da experiência do tempo, no passado, em uma perspectiva orientadora que torna possível ver o passado como história, só aparece nas formas de apresentação (na historiografia). É nestas que a perspectiva orientadora com respeito ao passado toma a forma concreta de saber histórico. Essa forma de apresentação marca o outro limite da história como ciência especializada: é com

ela que o saber histórico adquire vida própria no contexto social da ciência da história; ela assume funções de orientação que não dependem mais só da história como ciência (embora as formas de apresentação exerçam, naturalmente, influência sobre que funções podem ou não caber ao saber científico elaborado cientificamente).

b) A concepção de uma matriz disciplinar como fundamento da ciência da história, proposta aqui, tem ainda a vantagem de uma dinâmica temporal interna. Ela permite esclarecer que, por que e como a história tem de ser reescrita, a cada vez que as condições de vida dos homens a que se refere tenham sofrido mudanças. Ela tampouco deixa que a reescrita apareça como uma falha ou fragilidade do caráter científico da ciência da história, garantindo, pelo contrário, que a história como ciência não apenas apreende a evolução temporal dos homens e de seu mundo, tal como se efetua na prática quotidiana dos historiadores e de seu público, como também deles recebe impulsos decisivos.

No âmbito, extremamente esquemático e abstrato, das regras do pensamento histórico, tem-se o ponto em que as funções da historiografia se referem ao interesse em conhecimento histórico – é nesse ponto que a contemporaneidade do pensamento histórico se manifesta como inquietação por mudança. Novos interesses podem superar funções vigentes, de forma que o pensamento histórico, sob pena de tornar-se anacrônico, tem de modificar suas perspectivas orientadoras com respeito ao passado. Ele tem de ajustar-se a critérios de sentido novos, que levam a novas representações do que há de especificamente histórico na experiência do passado. Essas novas representações ensejam novas técnicas de pesquisa, de que resultam, por sua vez, novas formas de apresentação, que estariam, assim, em condição de exercer as funções requeridas pelos novos interesses. Fica claro, dessa forma, que a história como ciência reflete, em seus próprios fundamentos, a mesma evolução temporal dos homens e de seu mundo de que trata – *post festum*, obviamente – como história.

Como matriz disciplinar é elaborada, pois, uma rede de determinações fundamentais do pensamento histórico, com a qual se podem identificar e caracterizar a especificidade científica e a mutabilidade temporal desse pensamento. O primeiro elemento permite circunscrever a pretensão de racionalidade do pensamento histórico em sua forma científica e o segundo indica com clareza a evolução no tempo, a mobilidade dos acontecimentos, que – justamente – são tratados, retrospectivamente, como "história". Ambos os elementos são reconhecidos em sua correlação interdependente, de forma que a práxis do pensamento histórico (racional) é reconhecida, pelo menos, como um halo de racionalidade na parte desse pensamento que se intitula "história".

O significado da teoria da história para o estudo da história

A pergunta acerca da função da teoria da história na aquisição de competência profissional pode ser respondida sumariamente com a afirmação de que é dela que necessitamos se quisermos aprender a ver a floresta, ao invés de perdermo-nos em uma multidão de árvores. Em termos acadêmicos: no estudo de história, a teoria desempenha um importante papel na *profissionalização didática* dos historiadores. Esse papel consiste em transmitir aos historiadores em formação uma concepção sólida da especialidade profissional de sua ciência. O que significa isso com respeito ao estudo prático? Que problemas, no estudo de história, podem e devem ser resolvidos, de forma que a matriz disciplinar da ciência da história seja abordada e explicada metateoricamente? No que se segue gostaria de explicitar e concretizar a função didática de profissionalização da teoria da história para o estudo da história em seis pontos.

1. A teoria da história é necessária para solucionar o problema de uma introdução tecnicamente correta no estudo da história. Ela exerce, aqui, uma *função propedêutica.*

   As lacunas de uma introdução ao estudo da história, decorrentes da circunstância de que o conjunto da história é restringido pelo fato de que ela é produzida por especia-